

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Ciência Política

**Interações institucionais do MRE a partir da elite diplomática<sup>1</sup>**

Trabalho preparado para apresentação no VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 2 a 6 de maio de 2016

**Rodolfo de Camargo Lima**  
rodolfodecamargolima@gmail.com

---

<sup>1</sup> Agradeço ao apoio, comentários e observações de Gisela Zaremberg (Flacso-México) e Neylson Crepalde (UFMG).

## 1. Introdução

Sabe-se que as burocracias são tanto essenciais para a elaboração, definição e operação das políticas públicas quanto para o funcionamento do sistema político. Assim, de um lado, as burocracias são um pilar central do exercício da cidadania, nas quais a garantia de direitos é expressa na entrega de serviços públicos aos cidadãos. Por outro, a burocracia federal no Brasil possui características complexas, que se estendem da carreira pública convencional por meio de concursos e/ou por meio dos cargos de livre-nomeação, até o âmbito macro em que as agências e ministérios inseridos no sistema político se relacionam entre si, e com diferentes estratos, do sistema político nacional e internacional.

Do ponto de vista da literatura, o estudo do poder executivo tem ocupado lugar modesto na ciência política nacional (Figueiredo 2010, 192), com incipiente compreensão de suas entranhas burocráticas e seu relacionamento com o sistema político (Loureiro et.al. 2010, 18). Desse modo o trabalho visa colaborar no preenchimento dessas lacunas, pautando-se na abertura dos relacionamentos institucionais de uma das caixas pretas mais tradicionais e insuladas da burocracia federal: o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Lopez 2015b; Bersh et.al. 2016; Loureiro e Abrucio 1999), referido como MRE ou Itamaraty doravante. Tendo em vista que esse ministério passara por um longo e específico processo de institucionalização que manteve uma uniformização na seleção e formação de seus quadros (Cheibub 1985), com relativas manutenções e mudanças no perfil social dos diplomatas (Cheibub 1989; Lima e Oliveira 2015), até então se considerava o MRE como bloco insulado e unitário, sem considerar suas dinâmicas internas de politização.

Nesse aspecto, a literatura não avançou na análise do comportamento político da elite diplomática enquanto atores inseridos no jogo político-burocrático, nem mesmo considerou que tais dinâmicas internas poderiam estar relacionadas as próprias prioridades políticas e institucionais do ministério. Com vistas a avançar em profundidade nessas relações, a proposta do trabalho é observar padrões de interação institucional da elite diplomática, em sua circulação por postos internos (consulados e embaixadas da chancelaria) e externas ao MRE (instituições nacionais e internacionais). A partir da abordagem *top-down*, que concede ênfase aos atores pertencentes ao topo da hierarquia ministerial – segundos e primeiros ministros (embaixadores) –, a variável dependente fora instrumentalizada através da frequência de passagem por instituições, desde a entrada do indivíduo na carreira e sua promoção à elite, até a última passagem pela instituição que se tem registro (com atualização em 2010). A opção

metodológica pela análise de redes contribui com o objetivo de formalizar perspectivas relacionais de papéis e posições (Borgatti et.al. 2013), relativas a essas interações institucionais.

Desse modo as perguntas que guiam o trabalho são: Quais são as instituições que concentram as conexões mais importantes da elite diplomática? Teriam essas interações relação com as prioridades políticas do ministério? Com o objetivo de responde-las o trabalho parte da hipótese de que as interações institucionais advindas da elite do Itamaraty reflete as prioridades políticas do próprio ministério. Para tanto, os interesses políticos preferenciais da burocracia se direcionam para as instituições com relevante poder e prestígio doméstica e internacionalmente: (i) consulados e embaixadas da “classe A” da chancelaria, (ii) a Presidência da República e, (iii) a Organização das Nações Unidas (ONU). Os resultados do estudo confirmam a hipótese, indicando centralidade e equivalência regular das conexões dessas instituições chave entre si, e delas para com as demais instituições da rede, advindas da elite diplomática.

## **2.1. Breviário sobre o sistema político e administrativo no Brasil e o MRE**

Loureiro et.al. (2010) reitera que os governos Vargas e Juscelino Kubistchek acabaram por segmentar o aparato estatal, separando de um lado, os ministérios e cargos abertos a negociação e, de outro, as áreas protegidas ou insuladas. Estas últimas ficaram conhecidas como “ilhas de excelência” (Nunes 1997) ou “bolsões de eficiência” (Geddes 1994), ao qual se inclui também o Itamaraty. Nesse processo, que coincide com a própria institucionalização do MRE, sua elite burocrática esteve tanto voltada para dentro do ministério implementando reformas administrativas, entre as quais se inclui a opção pelo monopólio de seleção e formação de quadros por meio do Instituto Rio Branco (IRBr), quanto para fora em que grupos buscaram atuar mais ativamente nas agendas de formulação e implementação da política externa brasileira (Cheibub 1985).

Dessa maneira, tais burocracias modernas e relativamente eficientes pertencentes as ilhas de excelência, tiveram de conviver ao lado de burocracias “sub-weberianas” (Bersh et.al. 2016), coexistido ao largo do tempo e/ou em determinados momentos, com práticas de clientelismo e patronagem em suas bases (tendo insulado seu topo). Adicionalmente as dificuldades de institucionalização democrática no 1946-1964 (Campello de Souza 1976) o período seguinte, de ditadura militar, aprofundou o rompimento e desestruturação das organizações sociais, em que a extensão dos poderes presidenciais e suas estratégias de indicação e coordenação política (Geddes 1994), resultaram em uma preponderância demasiada do executivo sobre os demais poderes. O relacionamento do MRE, entretanto, teve relativo papel destaque nesse período, seja

pela via da omissão ou delegação presidencial que cederá espaço a sua atuação (Lima 1994 Apud Arbilla 2000; Pinheiro 2013). Essa participação ativa, contudo, teve como contrapartida o aparelhamento da burocracia do MRE para práticas de investigações e perseguições alinhadas com o regime autoritário<sup>2</sup>.

Com o retorno à democracia, o MRE contemporâneo seguiu como braço legal e de assessoria aos temas da política internacional, relações diplomáticas, serviços consulares, negociações com países e autoridades estrangeiras, programas de cooperação internacional etc. para com a Presidência da República<sup>3</sup>. Nesse aspecto, os graus de liberdade e autonomia retidos pelo canal de diplomacia tradicional centrada no Itamaraty permanecem regulados através da autorização presidencial. A presidência, centro do sistema político nacional, teve nos governos de FHC e Lula um reforço no sentido da presidencialização da diplomacia (Danese 1999; Cason e Power 2009), em que ambos presidentes junto a seus respectivos secretários de Estado, atuaram de maneira mais ativa na arena internacional (Amorim Neto 2011). A isso se soma o fato do Congresso atuar de maneira mais reativa do que proativa em política externa, engajando assertivamente nessa área à medida que temas ganhem proporção na sociedade (Diniz e Ribeiro 2008).

Há também no contexto interno da dinâmica do sistema administrativo e político brasileiro, os chamados cargos de direção e assessoramento (DAS) que adquirem variadas nomeações na literatura especializada e na imprensa: cargos de confiança, cargos políticos, burocracia política, cargos de livre provimento e cargos de livre nomeação (Lopez 2015, 12). Mantem-se, mesmo que de maneira incipiente na literatura de administração pública e ciência política, a divisão entre as burocracias insuladas e protegidas de um lado, e as burocracias partidária ou politicamente instrumentalizadas de outro sem contar, todavia, com evidências empíricas que possam confirmar que um modelo seja mais ou menos capaz ou eficiente que o outro (Lopez 2015). Um levantamento atual mostra que os cargos de livre nomeação do MRE são ocupados por sua grande maioria por seus próprios servidores (91%), assim esse ministério possui a percentagem mais baixa de nomeações para cargos de confiança advindos de fora da carreira, ou seja, está na liderança de carreiristas entre os nomeados DAS na comparação entre os demais ministérios (Lopez 2015b). Isso é indicativo que o ministério contemporaneamente minimiza a influência política exógena de nomeação para as distintas posições em sua burocracia e,

---

<sup>2</sup> O capítulo 5 do volume I da Comissão Nacional da Verdade, retrata em detalhes o aparelhamento do MRE para fins de monitoramento, práticas de perseguição e demais violações de direitos. Para mais acessar: <http://www.cnv.gov.br/>

<sup>3</sup> Lei Federal n. 8.028, de 12 de abril de 1990 Apud: Lopes (2013, 195).

portanto, é igualmente alto seu padrão endógeno de controle sob a indicação intra e entre pares para seus cargos-chave. De modo comparativo por entre o poder executivo federal, os achados da pesquisa de Bersh et.al. (2016) corroboram esse aspecto, mostrando o MRE como o ministério de maior capacidade<sup>4</sup> e autonomia burocrática<sup>5</sup> – conjuntamente à *proxies* para corrupção<sup>6</sup> –, em comparação aos demais ministérios. Esses elementos apontam para a manutenção do Itamaraty como o ministério civil mais fechado do sistema político nacional (Loureiro e Abrucio 1999) e, nesse sentido, o MRE segue relativamente protegido frente a pressões externas de incursões políticas em sua burocracia.

Por outro lado, a literatura tem renegado as dinâmicas internas de mobilização de poder do ministério. Isto é, mesmo que estudos reafirmem o insulamento burocrático do MRE que de fato se blinda da inserção de atores políticos externos a sua burocracia, pouco se sabe dos movimentos advindos de dentro e que caracterizariam seu comportamento político-burocrático. A contribuição da presente pesquisa desse modo, vai na direção de demonstrar como os padrões internos e do relacionamento institucional dessa burocracia, a partir de sua elite, estão ou não relacionados, e se ao fundo são capazes de explicar dinâmicas endógenas e estruturais de sua politização, no caso, ao priorizar interações e conexões com determinadas burocracias, em detrimento de outras.

## **2.2. Hierarquia e ascensão funcional: A elite burocrática**

Na definição clássica da burocracia racional-legal em Weber (1956), a racionalidade das organizações complexas deveria ser desenhada a partir da divisão do trabalho, carreira profissional assalariada, treinamento especializado, hierarquia formal das estruturas que não se duplicam em outras unidades administrativas, regras e procedimentos explícitos que garantam linhas de autoridade, e *accountability* para dentro da burocracia, que estejam direcionadas a sua ação. Conforme Wise (2004, 675), a tradição weberiana nos estudos sobre burocracia se fundamenta no tratamento equânime das leis pelos atores, sob o *rule of law*, implicando em burocratas obedientes, leais responsáveis e neutros, que teria por um lado e como possíveis resultados positivos, a eficiência derivada da especialização e o respeito a hierarquia, e de outro, seus possíveis impactos negativos adviriam do excesso de regras, procedimentos e

---

<sup>4</sup> Proporções de funcionários de carreira, longevidade no serviço civil, requisição de burocratas por outras agências, média do salário na agência, são as variáveis que medem capacidade.

<sup>5</sup> Proporção de indicações para cargos comissionados tanto para os níveis mais baixos DAS 1 a 4 e, para os níveis mais altos DAS 5 e 6, que são membros de partidos políticos, são as variáveis que medem autonomia.

<sup>6</sup> Foi utilizado matérias de jornais associando as burocracias a casos de corrupção, que apareceram no Estado de São Paulo entre 2002 e 2012. A outra medida é demissão de servidores entre 2003 e 2011.

documentação. Em uma leitura por entre elementos subjacentes ao modelo weberiano, tais como conflitos e sistemas de dominação, relata Olivieri (2011, 1401; destaque próprio) que:

A obediência dos funcionários ao detentor do poder não se baseia, entretanto, apenas na legitimidade do soberano, mas também em dois outros meios, que são particularmente atraentes para os burocratas: **recompensa material** (em suas diversas formas: feudos, prebendas, salário) e **honraria social** (que também assume diversos formatos: honra dos cavaleiros, privilégios dos estados, honra do servidor público). Ou seja, a obediência não é determinada apenas pela lei, mas também por medo, esperança e pelos interesses (Weber, 1982).

Nesse aspecto uma outra corrente que enfatiza os meios, interesses e motivações dos burocratas, e que alternativamente questiona a noção de que esses atores são essencialmente detentores do interesse público ou neutros na condução de políticas públicas, pertencem a tradição do *public choice* (Downs 1964, 1967; Buchanan e Tullock 1962; Niskanen 1971). Essa teoria tem como base que os burocratas atuam com base em ganhos e perdas por entre diferentes programas e *policies*, de maneira auto interessada, buscando a maximização de seu *payoff* – que pode ser entendido como acesso a mais benefícios/salário ou menos trabalho (Wise 2004, 674), ascensão funcional ou *status* (Downs 1964), incremento de orçamento ou do tamanho da burocracia (Niskanen 1973 Apud Dunleavy 1991, 155), em síntese, almejariam manutenção ou expansão de poder e prestígio<sup>7</sup>.

De maneira mais ampla, pode-se entender que funcionários públicos são mais politicamente inclinados que o cidadão comum, e inseridos em um ambiente organizacional possuem oportunidades de influírem ativa e administrativamente seja na burocracia ou fora dela (Lipset 1960), isto é, barganhas recíprocas entre os atores servem ora para mitigar o conflito e decisões irracionais, ora acirram a competição, rivalidade ou disputas internas, em que egoísmos institucionais podem resultar na politização da burocracia de maneira similar a conflitos de grupos ou de partidos, tal qual na arena tradicional da política (Seibel 2016, 7). Soma-se que no alto escalão da burocracia moderna, há uma convergência dos papéis dos atores políticos e burocratas, no sentido da burocratização da política e da politização da burocracia (Aberbach et.al. 1981), logo o jogo político-burocrático inevitavelmente torna-se mais complexo ao topo. Assim, não apenas para Weber (1956) a hierarquia é fundamental, como Downs (1964) também reitera que sua estrutura visa coordenar as diferenças entre os objetivos e interesses de seus membros, além das diferenças no trânsito de informação. Por entre essa configuração, o poder de resolução de conflitos é delegado aos membros ao topo da

---

<sup>7</sup> Downs (1964) constrói taxonomias dessas motivações sendo que cada ator maximizaria determinados interesses ao longo ou em momentos específicos da carreira, isto é, uns seriam puramente egoístas, enquanto outros se posicionariam mais ou menos entre o auto interesse e o altruísmo, podendo cambiar de estratégia na busca por ascensão funcional.

organização, que possuem a autoridade superior sobre os demais. Conseqüentemente, a hierarquização das relações na burocracia em que os conflitos distributivos de poder são travados entre e intra grupos, se tem como resultado um grupo vencedor (Moe 2006; Pressman e Wildavsky 1973 Apud: Fittipaldi 2015).

Para tanto, a escalada dos degraus hierárquicos faz-se de fundamental importância para o acesso a elite. No Itamaraty o sistema de promoção ocorre semestralmente através de um complexo sistema que combina antiguidade e méritos, predominando o merecimento a partir da segunda ascensão funcional (Apêndice A). Para cada promoção são avaliados se o diplomata atingiu os critérios de elegibilidade através de votações verticais (de classes superiores para as inferiores) e horizontais (entre os pares hierárquicos), efetuadas por meio de uma “Câmara de Avaliações”<sup>8</sup> e de uma “Comissão de Promoções”<sup>9</sup> (Balbino 2011, 63-4). Ambas essas instâncias são compostas por diplomatas da elite ministerial (Apêndice B). Como de praxe em estruturas organizacionais, o acesso a elite advém da autorização e legitimação da própria elite.

Em relação a esse percurso, desde o ingresso na carreira até o topo da cadeia burocrática, se observam abaixo seus degraus hierárquicos. No presente estudo se considera a elite ministerial ambas parcelas do topo da pirâmide: segundos e primeiros ministros (vulgo embaixadores).

**Figura 1** - Hierarquia da carreira diplomática



Nota: Elaboração do autor, com destaque próprio para o topo.

<sup>8</sup> Segundo Balbino (2011, 63): “O Quadro de Acesso é definido pelo exame da Câmara de Avaliação, formada pelo Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, o Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, o Chefe do Cerimonial, o Inspetor-Geral do Serviço Exterior, o Secretário de Controle Interno, o Diretor do Instituto Rio Branco, o Assessor Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, o Corregedor do Serviço Exterior, o Secretário de Planejamento Diplomático, os Diretores e os Diretores-Gerais e dois Ministros de Primeira Classe em exercício de chefia de missão diplomática, convidados pelo Ministro de Estado, e presidida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, que lança os nomes dos diplomatas, de todas as classes, que julga merecedores de pertencer ao Quadro de Acesso.”

<sup>9</sup> Segundo Balbino (2011, 64): “Todos os semestres, também, é convocada uma Comissão de Promoções, formada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores (que a preside), do Secretário-Geral das Relações Exteriores, dos Subsecretários-Gerais, do Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral e de um Ministro de Primeira Classe no exercício de chefia de Missão diplomática, convocado pelo Ministro de Estado [...]”.

### **3. Material e estrutura do trabalho**

O banco de dados construído pelo autor tem como fonte o Anuário do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores Diplomatas (2010), em que constam os currículos dos diplomatas ativos nesse ano no ministério. Visto que o presente estudo tem como objeto a elite ministerial, serão analisados os segundos ministros (N=235) e embaixadores (N=186) conjuntamente, em que tais atores levaram para acessar ambas as hierarquias do topo aproximada e respectivamente, 24 e 30 anos de carreira, em média. No entanto, o transito institucional vai muitas vezes além das promoções, assim para ambos os escalões se tem 28 e 35 anos em média, de passagens por burocracias várias ao longo de suas carreiras.

Tem-se registrado todas as instituições pelas quais cada diplomata ativo na elite passou desde seu ingresso na carreira até 2010 – sejam essas burocracias internas ao MRE como consulados e embaixadas, ou externas ao ministério, conformando diferentes burocracias pertencentes ao executivo, legislativo e judiciário nos diferentes níveis federativos nacionais, e também distintos organismos formais e informais da esfera internacional. A fragilidade da variável dependente pousa no fato de se constituir na soma dos produtos cruzados de passagens por cada instituição, em detrimento do tempo de estadia efetivo nas burocracias ou do controle temporal desses trânsitos. Por outro lado, a frequência das passagens com um “N” dessa magnitude, se constitui em uma colaboração original tanto na literatura de ciência política e administração pública, quanto para os estudos organizacionais que se utilizam da análise de redes.

Os esforços de análise do presente estudo se dividem nas seguintes etapas. A primeira constrói as hipóteses e se formaliza um modelo com base nas partições teóricas. Adiante, se levanta a estrutura da rede para, na seção seguinte, observar as medidas de centralidade dos principais nodos. Em seguida, se visualizam padrões de similaridade para equivalência por nodo e *cluster*. E, na última parcela do estudo, se aplica o *blockmodelling* para testar a regularidade estrutural por meio das partições efetuadas conforme as hipóteses.

#### **4.1. Hipóteses**

Em um estudo de rede sobre a coesão das elites políticas espanholas, Oliver (2014) mostra que os atores que compõe a elite circularam por instituições administrativas chave, previamente a composição dos governos. Nesse aspecto, não apenas as elites se relacionam entre si e precedem dos mesmos grupos de topo de mando, como também acumulam e buscam manter o poder, para impor sua dominação sobre os demais. As reuniões de elites também



ocorrem em instituições específicas, o que levanta a possibilidade de que, ao nível das escolhas institucionais, exista um jogo desequilibrado de preferências que miram para burocracias com maior poder.

Nesse sentido, a hipótese aqui proposta seria que a interação institucional por entre os atores da elite diplomática resulta em preferências por burocracias de alto poder, estabelecidas pelo próprio funcionamento e modo de operação política do MRE. Isso porque se tem de um lado, a estrutura hierárquica da carreira burocrática e seus mecanismos institucionais de disputa e distribuição de espaços de poder intra e entre a elite, conjuntamente aos interesses políticos que garantem seja a sobrevivência ou manutenção, seja a expansão de poder do próprio MRE. De outro e conseqüentemente, podemos considerar que a maximização do *payoff* dos burocratas não se pauta apenas na ascensão funcional, como também na escolha por instituições e postos detentoras de maior poder ou prestígio. Isto é, por entre conflitos, interesses e pressões da burocracia em disseminar seus atores por instituições várias, os diplomatas buscam otimizar suas opções, priorizando tais instâncias que detenham recursos materiais e políticos relevantes, tanto para acessar mais eficientemente a elite quanto para manter ou incrementar seu poder ou seus privilégios enquanto elite.

Pode-se considerar que a opção hipotética por instituições mais importantes teria relação com o fato de que espaços privilegiados geram mais *policies* (pois entre outros fatores possuem mais recursos), e/ou colocam o ator em alta evidência política. Em consequência, se aumentam suas chances, ora de promoção funcional, ora de buscar outro posto de igual patamar ou com maior disponibilidade recursos. O resultado, a ser verificado pela análise de redes, se constitui nas instituições que concentram maior poder para a elite política do MRE. A seguir se descrevem as hipóteses, que guiam teoricamente o que se considera como instituições detentoras de maior poder ou prioridade política para o ministério.

**Hipótese 1** – Opção prioritária por postos diplomáticos: Embaixadas ou Consulados “Classe A” da chancelaria

O MRE classifica seus postos no exterior em quatro classes, de A até D, tendo sido utilizado como parâmetro a Portaria de 2010<sup>10</sup>, compatível com a data de atualização do banco. A guisa de exemplo, os consulados e embaixadas pertencentes a “Classe A”, estão em: Barcelona, Berlim, Berna, Boston, Bruxelas, Buenos Aires, Chicago, Genebra, Haia, Lisboa,

---

<sup>10</sup> Para consulta dos postos diplomáticos de A até D, ver Portaria de Nº 534 de 31 de Agosto de 2010. Acesso em: [http://www.asof.org.br/arquivos\\_site/c438b8f77d455975e82614f3cd786c68.pdf](http://www.asof.org.br/arquivos_site/c438b8f77d455975e82614f3cd786c68.pdf)

Londres, Los Angeles, Madri, Miami, Milão, Nova York, Paris, Roma, São Francisco, Vaticano, Viena e por último, porém não menos importante, Washington. Nesse aspecto, relata Amorim Neto (2011, 128) que:

As principais embaixadas são: Estados Unidos (por razões óbvias), Argentina (por ter sido o principal rival e, depois, passar a ser o principal parceiro diplomático brasileiro na América Latina), Portugal (pelos importantes e íntimos laços políticos, culturais e econômicos que tem com o Brasil, e mediar a relação da América Latina com a Europa), Espanha (pelos sólidos laços políticos, culturais e econômicos que tem com o Brasil, e mediar a relação da América Latina com a Europa), França (por ser uma grande potência europeia, e pelos sólidos laços políticos, culturais e econômicos que tem com o Brasil), Reino Unido (por ser uma grande potência europeia e pela importância econômica que já teve no Brasil), Itália (o mesmo que a França), Alemanha (por ser uma grande potência europeia e pela grande importância que tem no Brasil) [...].

Todos os países citados por Amorim Neto (2011) estão contemplados entre os postos de classificação “A” efetuada pela chancelaria, com exceção de Genebra (Suíça), Haia (Holanda), Vaticano (Igreja Católica) e Viena (Áustria). As sedes da ONU, em paralelo ao principal *headquarter* em Nova York, estão em Genebra e Viena, que são também cidades de destaque político em seus respectivos países – sendo essa última, capital. A cidade de Haia abriga, além da sede do governo holandês, o Tribunal Penal Internacional. E, a relevância do Vaticano ocorre pelos tradicionais laços religiosos com o Brasil, país de maioria católica.

Desse modo, é evidente que tais postos constituem fundamental importância para a política externa do país e para o atendimento a brasileiros no exterior, além de serem cidades de inegável importância em seus respectivos países. Vale destacar que a permanência dos diplomatas fora do país varia de dois a quatro anos, e as hierarquias são contabilizadas de maneira distinta<sup>11</sup>. Todavia, a hipótese aqui desenhada, seria que o diplomata de elite opta de modo utilitário por um posto de maior importância política em detrimento de um de menor impacto, mesmo frente a possibilidade de acelerar o tempo de promoção. Isso porque, além do tempo regimental mínimo para sua promoção, o trabalho parte do pressuposto que ganha peso e faz-se necessário estar presente, atuar e acumular passagens por instituições poderosas ou privilegiadas para ingressar e se consolidar enquanto elite.

Cabe ressaltar que as análises efetuadas para a rede, consideraram de maneira desagregada os postos diplomáticos, separados conforme sua localidade. Dessa maneira,

---

<sup>11</sup> A permanência em postos classe “C” valem o dobro, e “D” o triplo, para fins de promoção conforme se relata nas regras de exceção da Lei 11.440/2006: “Art 52 §3º, o tempo de exterior será multiplicado por 2 para os servidores lotados em posto “C” e por 3 para aqueles lotados em postos do grupo “D” para fins de promoção. Art. 53, § 1º, o tempo de efetivo exercício e de exterior são, respectivamente, multiplicados por 3 para aqueles lotados em postos do grupo “D” para fins de promoção”. Acesso em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Lei/L11440.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11440.htm)

embaixadas e consulados que residem na mesma cidade, levam somente o nome de onde estão sediados e seguem a classificação proposta com base na Portaria de 2010.

### **Hipótese 2** – Opção prioritária por burocracia nacional: Presidência da República (PR)

Como já foi citado, o MRE consiste no braço legal e de assessoramento direto para assuntos diplomáticos e internacionais da PR. Soma-se ao fato de que seu papel de protagonismo institucional depende da omissão, autorização ou delegação da Presidência para suas atividades em política externa. Assume-se, portanto, que possuir relacionamento próximo com essa instituição-chave ao nível do sistema político nacional, é fundamental para o ministério, e logo, hipoteticamente almejado por sua elite. No caso, a exemplo da passagem pela Presidência da República, se incluem diferentes serviços ou assessorias prestadas aos órgãos, secretarias e burocracias várias vinculadas ao presidente e/ou a Presidência enquanto instituição. Para as demais burocracias nacionais, foi efetuado o mesmo<sup>12</sup>.

### **Hipótese 3** – Opção prioritária por burocracia internacional: Sistema ONU

A ONU é a principal organização política internacional (Amorim Neto 2011), e constitui em fundamental interesse, histórico e presente, para a política externa brasileira (idem; Lima e Hirst 2009). Entende-se nesse sentido que a opção do burocrata quando pelo engajamento em alguma instituição internacional, esta será hipotética e prioritariamente eleita. Agregou-se no (sistema) ONU, os conselhos, departamentos, agências e demais burocracias pertencentes ao seu extenso guarda-chuva institucional. Os demais organismos internacionais desvinculados desse sistema, sejam eles formais do ponto de vista do ordenamento jurídico internacional, ou informais (como é o caso de associações, reuniões e cúpulas, fóruns etc.), também estão incluídos na análise.

## **4.2 Formalização do modelo**

A proposta do presente estudo efetuou, a partir das hipóteses, partições por grupos para o cálculo da densidade e para o *blockmodelling*. Como se buscou demonstrar, há razões práticas e na literatura, para considerarmos que existem desigualdades nas prioridades institucionais e políticas do MRE, em que a hipótese buscará testar se isso se reflete na equivalência entre o bloco de interesse, no caso o “A” a ser conferido abaixo, e os demais. As classificações dos

---

<sup>12</sup> Agregou-se em “Ministério” a assessoria e prestação de serviços aos vários ministérios ou Ministros de Estado vários do sistema político nacional, exclusive o MRE; para “Agência” o mesmo que o anterior, referente as Agências Nacionais, exclusive Agências pertencentes ao MRE; “Legislativo Federal” (idem, relacionados a Câmara dos Deputados e ao Senado Federal; “Judiciário Federal” idem, referente aos tribunais superiores federais; “Exército” idem, serviços e assessorias vinculadas a escolas militares; e, por fim “Executivo Estadual” e “Executivo Municipal”, em que ambos competem diferentes assessorias prestadas em distintos estratos do poder executivo desses níveis da federação.

postos diplomáticos pela chancelaria guiaram as partições, desse modo se efetuaram separações das instituições nacionais e internacionais por ordem crescente de importância, de “E” até “A”, para via de organização dos blocos do modelo.

Tabela 1 – Separação das instituições por blocos para as partições do modelo

Partição/Blocos	Instituições
E	Postos sem classificação na Portaria de 2010: “NA”
D	Postos diplomáticos “D”, AIFM, AOI, IILA, SEGIB.
C	Postos diplomáticos “C”, CPLP, Executivo Estadual, Executivo Municipal, Exército, Liga Árabe e SADC
B	Postos diplomáticos “B”, ALADI, ALALC, Mercosul, Agências Nacionais, <i>European Union</i> (EU), FMI, IBSA, Judiciário Federal, Legislativo Federal, Ministérios, OEA e Representação dos Organismos Internacionais em Londres: “Rebraslon”
A	Postos diplomáticos “A”, Presidência da República e Sistema ONU

Nota: Elaboração do autor. Os postos diplomáticos estão desagregados dentre os blocos conforme a Portaria de 2010.

Considerando que a rede é *undirected* e simétrica, é possível observar que as relações em destaque, exclusive a diagonal, tem de maneira espelhada suas transpostas. Assim, o modelo se configura:

	Bloco E	Bloco D	Bloco C	Bloco B	Bloco A
Bloco E	E ( <i>within</i> )	E*D	E*C	E*B	E*A
Bloco D	<b>D*E</b>	D ( <i>within</i> )	D*C	D*B	D*A
Bloco C	<b>C*E</b>	<b>C*D</b>	C ( <i>within</i> )	C*B	C*A
Bloco B	<b>B*E</b>	<b>B*D</b>	<b>B*C</b>	B ( <i>within</i> )	B*A
Bloco A	<b>A*E</b>	<b>A*D</b>	<b>A*C</b>	<b>A*B</b>	A ( <i>within</i> )

Nota: Elaboração do autor, destaque próprio.

## 5. Discussão e resultados: As interações a partir da análise de redes

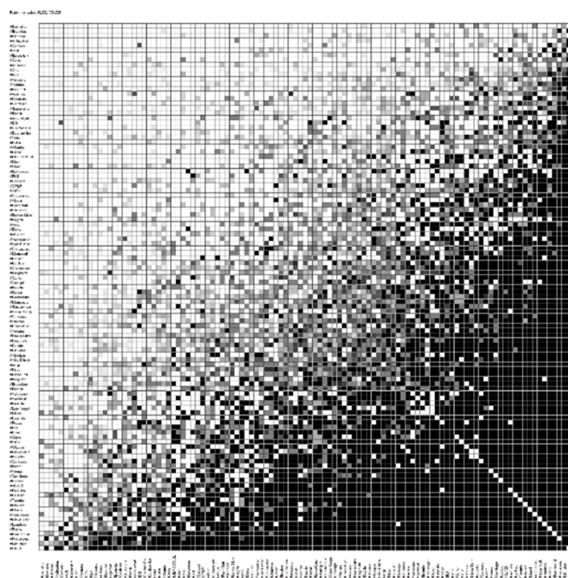
Por possuir as informações de todos os atores da elite ativos em 2010, e todas as instituições pelas quais passaram, a rede se caracteriza como completa (*whole network*). Para sua análise se utilizaram os softwares Ucinet e Pajek, e para seu desenho também o VOSviewer. Desse modo, a rede de tipo *woman-event* se constitui aqui como indivíduo-instituição (*two-*

*mode network, undirected*), e fora transformada em *one-mode network* para instituição, ou seja, convertida para a soma de produtos cruzados para as passagens dos atores por cada instituição (*valued data*).

### 5.1. Estrutura e coesão

O “nível 0” da análise de redes se caracteriza pela visualização de sua estrutura, visto que diferentes configurações se relacionam ao comportamento dos grupos (Krackhardt 2010). As formas de centro-periferia (*core-periphery*) e de gravata borboleta (*bow tie*), são as estruturas gerais mais comuns encontradas na literatura (idem). A matriz visualizada a seguir, com partição para o grau de centralidade, que se constitui basicamente no número de laços de um nodo, corrobora o primeiro tipo de estrutura.

Gráfico 1 – Matriz adjacente da elite do MRE com partição para grau de centralidade



Fonte: Anuário do Pessoal do MRE: Diplomatas 2010. Elaboração do autor.

Nesse aspecto, a coesão também auxilia a observar padrões de configuração da rede. Sua medida mais simples é a densidade, e a vantagem da utilização dessa métrica é que a média dos valores (em *valued data*) se ajusta ao número de nodos, permitindo a comparação entre grupos (Borgatti et.al. 2013, 151). Assim, ao efetuarmos partições para os grupos de interesse das hipóteses, se nota na tabela 1, que a densidade de conexões cresce paulatinamente e por ordem de importância por entre o bloco A.

Tabela 2 – Densidades da elite diplomática por grupos (*Average tie strength*)

Partições/Blocos	E	D	C	B	A
E	0.038				
D	0.037	0.028			
C	0.108	0.139	0.418		
B	0.180	0.168	0.645	1.151	
A	<b>0.587</b>	<b>0.576</b>	<b>2.022</b>	<b>3.896</b>	10.957

Fonte: Anuário do Pessoal do MRE: Diplomatas 2010. Elaboração do autor, destaque próprio.

O mesmo ocorre, contudo, quando se observa o desvio padrão (Apêndice C). Cabe a devida atenção para o fato de que o número de laços expressos na proporção do número de nodos crescente no grupo A, acompanha também o aumento de sua dispersão. A diferença de densidade expressa pelos blocos, entretanto, reforça os indícios de sua estrutura de tipo centro-periferia.

## 5.2 Centralidade

Após observar o “nível 0” de estrutura da rede, o “nível 1” parte para a análise da posição estrutural individual dos nodos, o que implica na utilização de uma de suas métricas mais proeminentes, a centralidade (Krackhardt 2010). Na literatura sobre organizações, nodos com alto grau (*degree*) são considerados pelos indivíduos como os mais importantes, pois geralmente possuem alta visibilidade (Borgatti et.al. 2013, 165). Já a medida de intermediação (Freeman 1977), é tipicamente interpretada em termos do potencial do nodo em controlar/filtrar o fluxo da rede, funcionando como ponte. Há um extenso e importante debate acerca do papel da medida de intermediação (Zaremborg 2010) e, em parte da literatura se levantaram evidências de que posições centrais na rede estão associadas com poder, ou seja, confirmam a hipótese de que essa medida é preditiva de poder e influência que o nodo exerce individualmente sobre a organização (Brass e Krackhardt 2012, 358)<sup>13</sup>. Aplicado então grau e intermediação para a rede, observamos o resultado das principais conexões no gráfico a seguir.

<sup>13</sup> Conforme os autores essa associação foi encontrada em estudos de diferentes abordagens: “[...] laboratory workgroups (Shaw, 1964), interpersonal network in organizations (Brass, 1984, 1985; Brass & Burkhardt, 1993; Burkhardt & Brass, 1990; Fombrun, 1983; Krackhardt, 1990; Sparrowe & Liden, 2005; Trushman & Romanelli, 1983), organizational buying systems (Bristor, 1992; Ronchetto, Hun, & Reingen, 1989), intergroup networks in organizations (Astley & Zajac, 1990; Hinings, Hickson, Pennings, & Schnereck, 1974), interorganizational networks (Boje & Whetten, 1981; Galaskiewicz, 1979), professional communities (Breiger, 1976), and community elites (Laumann & Pappi, 1976) Apud: Brass e Krackhardt (2012, 358)”.









	Bloco E	Bloco D	Bloco C	Bloco B	Bloco A
Bloco E	-				
Bloco D	<i>Periphery</i>	-			
Bloco C	<i>Weak semiperiphery</i>	<i>Weak semiperiphery</i>	-		
Bloco B	<i>Strong semiperiphery</i>	<i>Strong semiperiphery</i>	<i>Strong semiperiphery</i>	-	
Bloco A	<i>Core</i>	<i>Core</i>	<i>Core</i>	<i>Core</i>	-

Nota: Elaboração do autor a partir de Nooy et.al. (2005, 278).

Como vimos, matrizes adjacentes de redes que contenham classes de equivalência estrutural, tem como critério nodos com equivalência idêntica em linhas e colunas, sejam essas cheias ou vazias, se desconsideramos as células diagonais. Observa-se que a equivalência estrutural é bastante rígida em seus pressupostos. Dessa maneira a presente seção sugere optar pela equivalência regular, que se constitui em um caso mais amplo e menos restritivo do que a equivalência estrutural. Pesquisas que em geral se utilizam do método, buscam o *blockmodel* que captura a estrutura da rede. O trabalho, entretanto, faz o movimento inverso, assim o chamado *generalized blockmodelling* (Nooy et.al. 2005, 282) busca testar como a rede se comporta a partir de um *blockmodel* previamente construído e teoricamente orientado (idem). Isto é, com base na teoria e nas hipóteses em que se derivaram as partições, o estudo buscará testar a equivalência regular do bloco A.

Dessa maneira, se busca detectar outro tipo especial de bloco, o regular, em que se contenha ao menos um laço em cada linha (cada um seleciona ao menos um ator) e em cada coluna (cada um é selecionado ao menos uma vez), constituindo a equivalência regular mediante os demais blocos. No modelo abaixo, a célula “regular” testa equivalência regular para o grupo A, nas semiperiferias e na periferia “vazias” indicam células ausentes de equivalência, e foram desconsideradas as diagonais para fins de observar somente o relacionamento entre os blocos (*do not care* “dnc” no Pajek). O *generalized blockmodelling*, tem como configuração, portanto:

	Bloco E	Bloco D	Bloco C	Bloco B	Bloco A
Bloco E	dnc				
Bloco D	vazia	dnc			
Bloco C	vazia	vazia	dnc		
Bloco B	vazia	vazia	vazia	dnc	
Bloco A	<b>regular</b>	<b>regular</b>	<b>regular</b>	<b>regular</b>	dnc

Nota: Elaboração do autor. Destaque próprio para regular.

Efetuu-se dessa maneira o teste de equivalência regular e o resultado se apresentou satisfatório. A matriz final de erro trouxe somente 296 erros que destoam do modelo hipotético dedutivo, desconsiderando suas transpostas temos 148 erros, dos quais nenhum se inclui no bloco de interesse “A”. A matriz resumida de erros, então conforme o *output* do Pajek, com *Optimize Partition* e *User Defined*, tendo desconsiderado as diagonais e as transpostas, resulta em:

	Bloco E	Bloco D	Bloco C	Bloco B	Bloco A
Bloco E					
Bloco D	13				
Bloco C	23	50			
Bloco B	17	12	33		
Bloco A	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Nota: Elaboração e destaque do autor. Resultado do Blockmodelling do Pajek.

A equivalência regular implica que ao menos um laço de cada linha e cada coluna conectam o bloco A entre si e com o resto da rede. Mediante a ausência de erros no bloco, se confirma a hipótese da pesquisa, ou seja, a ONU, a Presidência da República e os postos diplomáticos classe A além de centrais na configuração da rede, são regularmente equivalentes para as demais conexões institucionais do Itamaraty.

## 6. Conclusão

De maneira geral nota-se que mesmo que o ministério se blinde de indicações políticas exógenas a sua burocracia, mantendo o monopólio de seleção, formação e indicação para cargos de confiança, internamente a seus quadros, existem significativas dinâmicas relacionais e posicionais de sua politização, que se reproduzem desigualmente por entre a distribuição das preferências institucionais visualizadas pelos padrões apresentados pela análise de redes da elite diplomática. A presente pesquisa, fazendo movimento de dentro para fora, isto é, do ministério para seus postos diplomáticos e para o sistema político nacional e internacional, atinge seu objetivo ao formalizar empiricamente quais são, de fato, as conexões institucionais que contem mais poder para a rede institucional do Itamaraty.

Assim, os padrões de trânsito da elite diplomática preferencialmente em espaços de maior poder e prestígio, consolidam um subgrupo de instituições-chave para o ministério: a Presidência da República, a ONU e consulados e embaixadas “A”, então destacam-se por sua alta centralidade e equivalência na rede. Nesse sentido o achado fundamental da pesquisa

corroborar a hipótese de que as prioridades políticas do ministério não apenas existem, como são reproduzidas e reforçadas por sua elite. Nessa via de mão dupla, se confirma a teoria de que os burocratas podem conciliar seus interesses e ambições inclusive mediante as diretrizes políticas preferenciais e oficiais da burocracia: “*every official is significantly motivated by his [sic] ... own self-interest even when acting in a purely official capacity*” (Downs 1967, 2).

Em suma, essas instituições-chave ao possuírem equivalência regular mostram que são homogêneas internamente e conectam-se heterogênea e amplamente pelos demais blocos da rede, fazendo-as fundamentais para a estrutura de funcionamento dos relacionamentos institucionais do MRE, expresso pelo comportamento dos atores de sua elite política. Por outro lado, as mobilizações por mais poder político-burocrático dos atores pertencentes a elite, portanto, necessariamente passam por esses âmbitos que se constituem em opções estratégicas de manutenção ou expansão de poder político. Nesse sentido, existem evidentes incentivos institucionais e políticos recíprocos entre os interesses de uma burocracia nacional que formula e implementa a política externa, e as opções prioritárias dos atores da elite diplomática em circular e atuar por entre tais instituições-chave.

## Bibliografia

- Aberbach, Joel D., Robert D. Putnam, and Bert A. Rockman. 1981. *Bureaucrats and Politicians in Western Democracies*. Cambridge: Harvard University Press. <http://site.ebrary.com/id/10313836>.
- Amorim Neto, Octavio. 2011. *De Dutra a Lula: A Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Arbilla, José Maria. 2000. “Arranjos Institucionais e Mudança Conceitual nas Políticas Externas Argentina e Brasileira (1989-1994)”. *Contexto Internacional*, 22 (2): 337-385.
- Balbino, Viviane Rios. 2011. *Diplomata, substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira*. Brasília: FUNAG-MRE.
- Bersch, Katherine, Sérgio Praça, and Matthew M. Taylor. 2016. “State Capacity, Bureaucratic Politization, and Corruption in the Brazilian State.” *Governance*. Forthcoming.
- Borgatti, Stephen P., Martin G. Everett, e Jeffrey C. Johnson. 2013. *Analyzing Social Networks*. London: SAGE Publications Inc.
- Brass, Daniel, e David Krackhardt. 2012. “Power, Politics, and Social Networks in Organizations”. In: *Politics in organizations: theory and research considerations*, Gerald R. Ferris e Darren C. Treadway (orgs), 355–75. New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Buchanan, James M., and Gordon Tullock. 1962. *The Calculus of Consent*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Campello de Souza, Maria do Carmo. 1976. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. 3a edição (1990). São Paulo: Alfa-Omega.
- Cavalcante, Pedro Organizador, e Gabriela Organizador Lotta (orgs). 2015. “Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação”. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2063>.
- Cheibub, Zairo Borges. 1985. “Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica”. *Dados*, 28 (1): 113–31.
- . 1989. “A Carreira Diplomática no Brasil: O Processo de Burocratização do Itamaraty”. *Revista de Administração Pública*, 23(2): 97–128.
- Danese, Sérgio. 1999. *Diplomacia Presidencial*. TopBooks.
- Diniz, Simone, and Claudio O. Ribeiro. 2008. “The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy”. *Brazilian Political Science Review*, 2 (2): 10–38. <http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/viewFile/32/25>
- Downs, Anthony. 1964. “Inside Bureaucracy”. Real State Corporation, Chicago. Consultant to the RAND Corporation, Santa Monica. <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/papers/2008/P2963.pdf>.
- . 1967. *Inside Bureaucracy*. Boston: Little Brown & Company.
- Dunleavy, Patrick. 1991. *Democracy, bureaucracy and public choice: economic explanations in political Science*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Figueiredo, Argelina. 2010. “Executivo e burocracia”. In: *Horizonte das ciências sociais no Brasil: ciência política*, 191–216. São Paulo: Anpocs.
- Fittipaldi, Ítalo. 2015. “A Genética dos Modelos Analíticos sobre Burocracia: Alcances e limites das opções ontológicas e Epistemológicas dos projetos de pesquisa dos estudos organizacionais”. *Revista de Sociologia e Política* 23 (54): 137–53. doi:10.1590/1678-987315235408.
- Freeman, Linton C. 1977. “A Set of Measures of Centrality Based on Betweenness”, *Sociometry* 40 (1): 35–41.

- Geddes, Barbara. 1994. *Politician's Dilemma: Building State Capacity in Latin America*. Berkley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Krackhardt, David. 2010. "Social Networks". In: *Encyclopedia of Group Processes & Intergroup Relations*, John M. Levine e Michael A. Hogg (orgs.), 2:817–21. SAGE Publications Inc.
- Lima, Maria Regina Soares de, e Monica Hirst. 2009. "Brasil como país intermediário e poder regional". In *Os Brics e a Ordem Global*, 43–74. Rio de Janeiro: FGV.
- Lima, Rodolfo de Camargo, e Amâncio J. N. de Oliveira. 2015. "O Ministério das Relações Exteriores em dois tempos: Perfis do corpo diplomático e padrões na carreira", GT13 - Elites e Espaços de Poder, 39º Encontro Anual da ANPOCS.
- Lopes, Dawisson Belém. 2013. *Política externa e democracia no Brasil: ensaio de interpretação histórica*. 1ª ed. São Paulo: Unesp.
- Lopez, Felix Garcia Organizador. 2015. *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro*. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4613>.
- . 2015b. "Evolução e perfil dos nomeados para cargos DAS na administração pública federal (1999-2014)". <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5234>.
- Loureiro, Maria Rita, e Fernando Luiz Abrucio. 1999. "Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 14 (41): 69–89.
- , Cecília Olivieri, e Ana Cristina Braga Martes. 2010. "Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil." In: *Burocracia e Política no Brasil: Desafios para a ordem democrática no século XXI*, 73–108. Rio de Janeiro: FGV.
- Niskanen, William A. Jr. 1971. *Bureaucracy and representative government*. Chicago: Aldine, Atherton.
- Nooy, Wouter de, Andrej Mrvar, e Vladimir Batagelj. 2005. *Exploratory Network Analysis with Pajek*. New York: Cambridge University Press.
- Nunes, Edson. 1997. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. 3ª ed. 2003. São Paulo: Jorge Zahar.
- Oliver, Andrés Villena. 2014. "La constitución de un gobierno como acumulación de poder relacional. Estudio de dos ejecutivos en España." *Redes* 24 (1).
- Olivieri, Cecília. 2011. "Os Controles Políticos sobre a Burocracia." *Revista de Administração Pública*, 45 (5): 1395–1424. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000500007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500007)
- Pinheiro, Letícia. 2013. *Foreign Policy Decision Making*. Brasília: FUNAG-MRE. [http://funag.gov.br/loja/download/1054-FOREIGN\\_POLICY\\_DECISION.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1054-FOREIGN_POLICY_DECISION.pdf).
- Pinheiro, Letícia, e Carlos R. S. Milani. 2011. *Política Externa Brasileira: A política das práticas e as práticas da política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Seibel, Wolfgang. 2016. Manuscript: "The Politicization of International Administration – Emergent Norms and the United Nations System". Apresentação no Seminário de Pós-Graduação DCP USP.
- Weber, Max. 1956. *Economy and Society*. 4th ed. 2 vol. Berkley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Wise, Lois Recascino. 2004. "Bureaucratic posture: On the need for a composite theory of bureaucratic behavior". *Public Administration Review* 64 (6): 669–80.
- Zaremborg, Gisela. 2010. Manuscrito: "Ni Dowling ni Marsh-Smith: Aportes para avanzar en la explicación del cambio en redes de política".

## Apêndices

### Apêndice A – Quadro de regras de promoção para diplomatas

Promoção Cargo	Merecimento	Antiguidade
De 3º Secretário para 2º Secretário	-----	3 anos efetivo exercício, Ordem na classificação do CACD
De 2º Secretário para 1º Secretário	3 anos na Classe / 2 anos de exterior; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD)	-----
De 1º Secretário para Conselheiro	10 anos efetivo exercício / 5 anos de exterior Curso Atualização em Política Externa (CAP)	Quadro Especial, havendo vaga: 2 vagas (por semestre). A promoção ocorre a critério do Presidente da República
De Conselheiro para Ministro de 2ª Classe	15 anos efetivo exercício / 7 anos e 6 meses de exterior; Curso de Altos Estudos (CAE)	Quadro Especial, havendo vaga: 1 vaga (por semestre). A promoção ocorre a critério do Presidente da República
De Ministro de 2ª Classe para Ministro de 1ª Classe	20 anos efetivo exercício / 10 anos de exterior; Tempo de função de chefia nível igual ou superior a DAS-4 (SERE) ou no exterior	Quadro Especial, 1 vaga para Ministro de Primeiro Classe (por semestre). A promoção ocorre a critério do Presidente da República

Nota: Elaboração do SindItamaraty<sup>14</sup>, com base na Lei nº 11.440/2006, reformatado pelo autor

### Apêndice B – Quadro dos DAS 6 ao 1 no MRE

DAS/Referência	Cargo(s)
NE	Secretário Geral
DAS 6	101.6 Secretário de órgãos finalísticos, Dirigente de Autarquias e Fundações, Subsecretários de órgãos da Presidência da República (Subsecretários Gerais e Diretor do IRBr)
	102.6 Assessor Especial
DAS 5	101.5 Chefe de Gabinete, Diretor de Departamento, Consultor Jurídico, Secretário de Controle Interno, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Direção (Secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático Inspetor Geral, Corregedor Geral e Chefe de Cerimonial)
	102.5 Assessor Especial (Gabinete do Ministro e Secretaria Geral)
DAS 4	101.4 Coordenador Geral (Subchefe do Gabinete do Ministro, Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete, Chefes de Gabinetes das Subsecretarias, Diretor Geral Adjunto do IRBr, Subchefe de Cerimonial e Chefes de Escritório de Representação)
	102.4 Assessor (Gabinete do Ministro, Secretaria Geral e Agência Brasileira de Cooperação)
DAS 3	101.3 Coordenador (em subsecretarias, assessorias, departamentos, divisões etc.)
	102.3 Assessor técnico
DAS 2	101.2 Chefe de Divisão (Gerente e Chefe de Setor; Chefe de Secretaria Acadêmica e Administrativa do IRBr)
	102.2 Assistente
DAS 1	101.1 Chefe de seção, assistência intermediária
	102.1 Assistente técnico

Nota: O quadro foi extraído de Cavalcante e Lotta (2015, 16), que tem como fonte Art. 4º do Decreto nº 4.567, de 1º de janeiro de 2003. Contudo, as informações entre parênteses resumizam a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, apresentado pelo Decreto de Nº 7.557, de 26 de Agosto de 2011.

<sup>14</sup> Tabela disponível, no link: [www.sinditamaraty.org.br/anexos/](http://www.sinditamaraty.org.br/anexos/)-

01\_QUADRO%20COMPARATIVO%20REGRAS%20DE%20PROMOCAO%20NO%20SERVICO%20EXTERIOR%20BRASIL EIRO%20-%20FINAL.doc

Apêndice C - Desvio padrão das densidades conforme *partitions*

Partitions	E	D	C	B	A
E	0.222				
D	0.198	0.164			
C	0.529	0.425	0.992		
B	0.955	0.538	1.816	3.295	
A	2.298	1.157	4.506	10.080	21.704

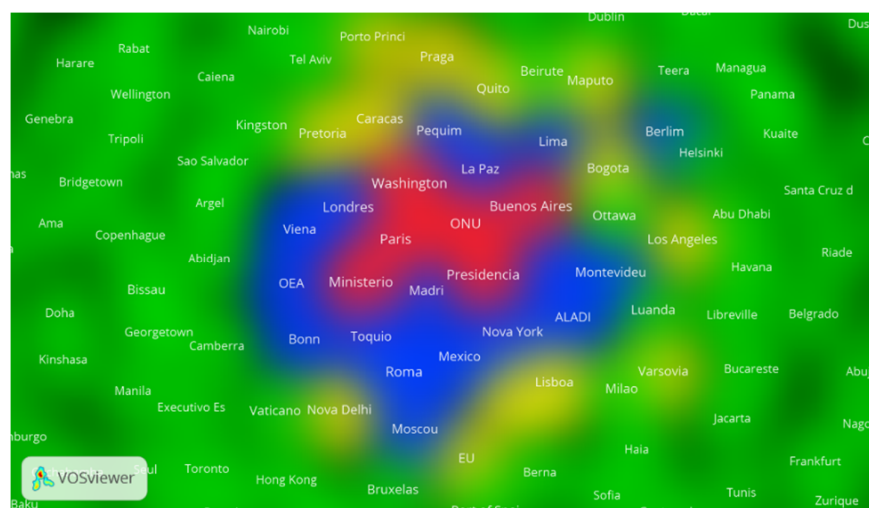
Fonte: Anuário do Pessoal do MRE: Diplomatas 2010. Elaboração do Autor.

Apêndice D - Múltiplas medidas de centralidade para as instituições: Top 15 (valores normalizados)

Instituições	<i>Degree</i>	<i>Beta Cent.</i>	<i>Avg. Recip. Distance</i>	<i>Closeness</i>	<i>Eigenvector</i>	<i>Betweenness</i>
ONU	0.848	35.541	0.922	0.865	0.205	0.064
Washington	0.787	34.487	0.891	0.822	0.199	0.042
Presidência da Rep.	0.783	34.362	0.889	0.819	0.198	0.042
Ministério	0.787	34.312	0.891	0.822	0.198	0.042
Paris	0.787	34.479	0.891	0.822	0.199	0.040
Buenos Aires	0.754	33.808	0.875	0.800	0.195	0.036
Roma	0.680	31.295	0.838	0.755	0.181	0.028
Londres	0.660	31.315	0.828	0.744	0.181	0.023
México	0.627	29.372	0.811	0.726	0.169	0.024
Madri	0.635	30.324	0.816	0.731	0.175	0.021
Assunção	0.639	31.017	0.818	0.733	0.179	0.019
Tóquio	0.623	30.234	0.809	0.724	0.174	0.018
Nova York	0.648	31.329	0.822	0.737	0.181	0.017
La Paz	0.619	30.934	0.807	0.722	0.179	0.016
Montevideú	0.557	28.352	0.777	0.691	0.164	0.012

Fonte: Anuário do Pessoal do MRE: Diplomatas 2010. Elaboração do Autor.

Apêndice E - Hierarchical Clustering para vizinhança *dissimilarity* “d1” (*Cluster density*)



Fonte: Anuário do Pessoal do MRE: Diplomatas 2010. Elaboração do Autor.



